



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

53° EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

**RIO DE JANEIRO (CAPITAL),
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO**

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2024 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Normas anteriores à Constituição, que são com ela compatíveis no seu conteúdo, continuam em vigor pela aplicação do fenômeno da:

- a) Repristinação;
- b) Constitucionalidade superveniente;
- c) Encampação;
- d) Recepção;
- e) Desconstitucionalização.

2) Além dos elementos e conceitos clássicos da interpretação em geral, as normas constitucionais, em razão de determinadas características que a singularizam, fez com que fossem desenvolvidas ou sistematizadas categorias doutrinárias próprias, identificadas como princípios específicos ou princípios instrumentais de interpretação constitucional.

De acordo com a sistematização feita pela doutrina, NÃO é um princípio específico de interpretação constitucional:

- a) Princípio da unidade da Constituição;
- b) Princípio da correção funcional;
- c) Princípio da máxima economicidade;
- d) Princípio da força normativa da Constituição;
- e) Princípio da concordância prática.

3) De acordo com a doutrina, NÃO é uma característica da forma federativa de estado:

- a) Existência de uma Constituição Federal;
- b) Repartição de competências prevista constitucionalmente;
- c) Direito de secessão;
- d) Soberania do Estado Federal como um todo e autonomia dos Estados-membros;
- e) Participação dos Estados-membros na vontade federal.

4) Com relação às competências típicas e atípicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, viola o texto constitucional o ato:

- a) do Presidente da República de sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- b) do Poder Judiciário de elaborar seu regimento interno;
- c) do Poder Legislativo de processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- d) do Poder Legislativo de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
- e) do Presidente da República de apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

5) Na hipótese de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, o art. 80 da CRFB dispõe que serão chamados sucessivamente ao exercício da Presidência:

- a) o Presidente do Senado Federal, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados;
- b) o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Presidente do Senado Federal;
- c) o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- d) o Presidente do Senado Federal; o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- e) o Presidente do Supremo Tribunal Federal; o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados.

6) Conforme a CRFB e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca da Advocacia pública.

- a) É constitucional a interpretação de norma estadual que conduza à obrigatoriedade de implementação de Procuradorias municipais;
- b) Ofende a Constituição Federal a previsão, em ato normativo estadual, de obrigatoriedade de escolha do Procurador-Geral do Estado entre os integrantes da respectiva carreira;
- c) É inconstitucional a instituição de órgãos, funções ou carreiras especiais voltadas à consultoria e assessoramento jurídicos dos Poderes Judiciário e Legislativo estaduais, admitindo-se a representação judicial extraordinária exclusivamente nos casos em que os referidos entes despersonalizados necessitem praticar em juízo, em nome próprio, atos processuais na defesa de sua autonomia, prerrogativas e independência face aos demais Poderes, desde que a atividade desempenhada pelos referidos órgãos, funções e carreiras especiais remanesça devidamente apartada da atividade-fim do Poder Estadual a que se encontram vinculados;
- d) É constitucional norma estadual que autoriza a ocupante de cargo em comissão o desempenho das atribuições de assessoramento jurídico, no âmbito do Poder Executivo;
- e) As universidades estaduais podem criar e organizar procuradorias jurídicas, em razão de sua autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial.

7) Todas as receitas e todas as despesas governamentais devem fazer parte do orçamento, sem qualquer exclusão. Essa definição refere-se ao princípio da:

- a) Unidade;
- b) Anualidade;
- c) Exclusividade;
- d) Universalidade;
- e) Programação.

8) A respeito das disposições constitucionais sobre as sociedades de economia mista e as empresas públicas julgue as assertivas abaixo, apontando a alternativa correta.

- a) Em razão da competência de dispor sobre organização e funcionamento da administração pública conferida ao Chefe do Poder Executivo, a criação de uma sociedade de economia mista ou empresa pública prescinde de autorização legislativa, bastando a edição de decreto daquela autoridade;
- b) As sociedades de economia mista e as empresas públicas podem somente prestar serviços públicos, sendo vedado o desempenho de atividades econômicas em sentido estrito;
- c) As sociedades de economia mista e as empresas públicas sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado;
- e) Não se aplicam os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência às empresas públicas e às sociedades de economia mista, em razão de sua natureza jurídica de direito privado.

9) A respeito das disposições constitucionais sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não têm aplicação imediata;
- b) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- d) A defesa do consumidor não é considerada um direito fundamental;
- e) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

10) De acordo com Carl Schmitt, a Constituição, em sentido político, é:

- a) A decisão política fundamental, diferenciando-se das leis constitucionais.
- b) Um conjunto de normas que regula a criação de outras, caracterizando-se como uma norma positiva suprema.
- c) A somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade.
- d) Norma fundamental hipotética.
- e) Norma jurídica que deve atuar como elemento transformador da realidade social.

11) Dentre as classificações abaixo, qual delas NÃO pode ser atribuída à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988?

- a) Dirigente
- b) Promulgada
- c) Rígida
- d) Formal
- e) Sintética

12) No tocante ao histórico do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A CRFB de 1988 trouxe algumas novidades no sistema de controle de constitucionalidade, dentre elas está a ampliação da legitimação para propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
- b) A partir da Constituição Republicana de 1981 consagrou-se o controle difuso de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) A Constituição de 1934 estabeleceu a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- d) O controle concentrado em âmbito estadual foi estabelecido na vigência da Constituição de 1946.
- e) A Constituição de 1937, inspirada da carta Ditatorial Polonesa de 1935, extirpou do ordenamento jurídico brasileiro qualquer meio de controle de constitucionalidade de leis.

13) Quanto à possibilidade de controle prévio e repressivo de constitucionalidade pelos Poderes do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) O controle prévio de constitucionalidade é realizado durante o processo legislativo de formação do ato normativo exclusivamente pelos Poderes Legislativo e Executivo.
- b) O controle repressivo de constitucionalidade no Brasil é exercido pelo Poder Judiciário sem exceção.
- c) A norma constitucional que permite ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é exemplo de controle de constitucionalidade repressivo exercido pelo Poder Legislativo.
- d) O Chefe do Poder Executivo não poderá vetar o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo quando o considerar inconstitucional, mas somente poderá fazê-lo quando o considerar contrário ao interesse público.
- e) Uma das hipóteses de controle prévio de constitucionalidade pelo Poder Judiciário, de acordo com o STF, é quando projeto de emenda constitucional viola qualquer norma constitucional.

14) Ao Poder Legislativo cabe a função legiferante e de fiscalização. Considerando o que está previsto no texto constitucional relativo a este poder nos entes federados, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição autoriza que cada Município crie seu próprio Tribunal de Contas para exercer a fiscalização juntamente com a Câmara Municipal.
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo devem ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário e Executivo.
- c) Em todos os entes federados, o Poder Legislativo é bicameral.
- d) A Câmara de Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

15) Assinale a alternativa correta:

I- Jonas foi aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstas no edital do certame em 5º lugar. Porém, um candidato aprovado na 7ª posição foi convocado previamente a ele.

II- Marcos acredita que a falta de norma regulamentadora impede o exercício de direitos e liberdades constitucionais relativas à cidadania.

III- Matheus requereu acesso às informações relativas a ele registradas em órgão público, porém a autoridade competente não lhe forneceu autorização.

IV- Houve a expedição de mandado de prisão contra Bruno, porém o juiz que assinou a ordem é manifestamente incompetente.

Quais remédios constitucionais devem ser utilizados por Jonas, Marcos, Matheus e Bruno para tentar resolver as situações em que se encontram?

- a) Ação Popular, Habeas Data, Mandado de Injunção e Habeas Corpus
- b) Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Habeas Data e Habeas Corpus.
- c) Ação Popular, Mandado de Injunção, Habeas Data e Mandado de Segurança.
- d) Mandado de Segurança, Habeas Data, Mandado de Injunção e Ação Popular.
- e) Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular e Habeas Corpus.

DIREITO CIVIL

16) Acerca do inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor.
- b) O devedor nunca responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente tenha por eles responsabilizado.
- c) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, não se aplica o instituto da mora.
- d) Uma vez constituído o devedor em mora, é impossível purgá-la.
- e) As perdas e danos devidos ao credor abrangem apenas o que ele efetivamente perdeu, mas nunca o que deixou de lucrar.

17) Sobre as disposições do Código Civil de 2002 atinentes aos defeitos do negócio jurídico, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.
- b) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.
- c) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- e) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

18) Segundo José Edwaldo Tavares Borba, “o nome empresarial é o nome jurídico da sociedade, não se confundindo com títulos de estabelecimento, sinais, símbolos e marcas”. Sobre o nome empresarial, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada para o exercício de empresa.
- b) O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.
- c) A sociedade limitada só pode adotar firma, sendo vedado o uso de denominação, ainda que integrada pela palavra "limitada" ao final.
- d) A sociedade cooperativa funciona sob denominação integrada pelo vocábulo "cooperativa".
- e) Se o empresário tiver nome idêntico ao de outros já inscritos, deverá acrescentar designação que o distinga.

19) Sobre as disposições do Código Civil acerca dos bens públicos, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) O uso comum dos bens públicos é sempre gratuito.
- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) São bens públicos de uso especial os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- e) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são livremente alienáveis, independentemente de determinação da lei.

20) Em atenção ao direito fundamental à liberdade individual, o Código Civil estabelece a liberdade contratual, que será exercida nos limites da função social do contrato. Assinale a regra prevista no Código Civil que se coaduna ao princípio da liberdade contratual:

- a) Não é lícito às partes estipular contratos atípicos que não estejam previstos neste Código.
- b) Apenas nos contratos de adesão os contratantes são obrigados a guardar os princípios de probidade e boa-fé.
- c) A possibilidade de revisão contratual é ampla e ilimitada, mas depende de decisão judicial transitada em julgado.
- d) As partes não podem definir a alocação de riscos de seu contrato, sob pena de nulidade.
- e) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.

21) Os direitos da personalidade são considerados essenciais à condição humana, direitos sem os quais todos os outros direitos subjetivos perderiam qualquer interesse para o indivíduo, ao ponto de se chegar a dizer que, se não existissem, “a pessoa não seria mais pessoa”, na lição de Adriano Cupis. Acerca dos direitos da personalidade e seu tratamento pelo Código Civil de 2002, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- c) O ato de disposição do próprio corpo pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
- d) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- e) A vida privada da pessoa natural é inviolável, exceto se determinado por sentença judicial transitada em julgado.

22) A ineficácia do negócio jurídico pode decorrer da lei ou da convenção entre as partes, que podem subordinar a eficácia do negócio a certos elementos acidentais, como o termo, a condição ou o encargo. No tocante aos elementos acidentais do negócio jurídico, é CORRETO afirmar que:

- a) São lícitas, em geral, todas as condições, ainda que privem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitem ao puro arbítrio de uma das partes.
- b) A condição ilícita ou impossível não é causa de invalidade, ineficácia ou inexistência do negócio jurídico.
- c) Se for resolutiva a condição, o negócio jurídico só vigorará quando esta se realizar.
- d) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- e) O termo final suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

23) Acerca do regramento que o Código Civil institui sobre o domicílio, é INCORRETO afirmar que:

- a) Não é considerado domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- c) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.
- d) Os domicílios dos Estados são as respectivas capitais.
- e) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

24) Acerca da teoria geral dos contratos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A teoria clássica dos contratos é baseada no individualismo, no primado da vontade. Na perspectiva clássica, o contrato nada mais é do que um acordo de vontades com a finalidade de produzir efeitos jurídicos obrigacionais.
- b) Atualmente, o contrato é visto como um negócio jurídico, baseado na vontade humana e conformado por princípios que integram o seu conteúdo (como a função social e a boa-fé), por meio do qual se disciplina efeitos jurídicos obrigacionais pretendidos, nos limites da lei.
- c) Pelo princípio do *pacta sunt servanda*, as partes se comprometem a cumprir o que restou pactuado no contrato. Não é um princípio absoluto, encontrando limitações na função social dos contratos e na boa-fé objetiva.
- d) O princípio da boa-fé objetiva incide antes, durante e após a conclusão do contrato. Entretanto, de acordo com o que prevê o Código Civil, somente gera dever de indenizar a violação ao princípio da boa-fé ocorrida durante a efetiva vigência do contrato.
- e) O chamado *venire contra factum proprium* é uma figura parcelar da boa-fé, que trata da proibição do comportamento contraditório. Isso porque não se afigura razoável, à luz da boa-fé, admitir que uma pessoa pratique determinado ato e, em seguida, realize conduta diametralmente oposta.

25) Sobre a personalidade e a capacidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Uma pessoa em coma, temporariamente impossibilitada para a prática dos atos da vida civil, pode ser considerada absolutamente incapaz.
- b) Cessará, para os menores, a incapacidade apenas quando houver a concessão pelos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- c) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- d) Pode ser declarada a morte, sem decretação de ausência, apenas quando alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até 2 anos após o término da guerra.
- e) A capacidade de direito é a aptidão genérica que todo ser humano possui para adquirir direitos e contrair deveres. A capacidade de fato, por outro lado, é a aptidão para exercer pessoalmente os atos da vida civil, sem necessidade de representação ou de assistência.

26) Acerca da temática da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

I. João estava dirigindo seu carro, obedecendo a todas as normas de segurança no trânsito, quando Maria, de forma imprudente, surgiu na sua frente. A fim de evitar o atropelamento, João desviou com o carro, vindo a colidir com o muro de um hospital estadual, provocando prejuízos. Segundo o art. 188, II, do Código Civil, não constitui ato ilícito a deterioração ou a destruição de coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Assim sendo, João não precisará indenizar o Estado pelos prejuízos que este sofreu.

II. Júlio, de 17 anos, é um adolescente rebelde. Em um determinado dia, ele atirou uma pedra da janela de sua casa, vindo a atingir uma viatura policial que passava no momento, causando danos ao veículo. Diante disso, eventual ação de responsabilidade civil ajuizada pelo Estado deve ter no polo passivo os pais de Júlio, que respondem objetivamente pelos atos de seu filho. Entretanto, caso Júlio possua patrimônio próprio, seus pais poderão reaver aquilo que pagaram em nome de seu filho, por previsão expressa do Código Civil.

III. Um agente policial foi acusado de cometer homicídio durante o exercício de suas funções. No juízo criminal, restou expressamente apurado que o policial em questão não foi o autor do crime, tendo o processo transitado em julgado. Mesmo assim, poderão os familiares da vítima ingressar com ação de responsabilidade civil em face do Estado, tendo em vista a independência das esferas cível e criminal.

IV. José, Marcos e Pablo picharam a sede da Procuradoria Geral do Estado. Em eventual ação de responsabilidade civil movida pelo ente público visando a reparação do dano, não será possível alegar a responsabilidade solidária dos três pichadores, tendo em vista que a solidariedade não se presume, decorrendo da lei ou da vontade das partes.

- a) Estão corretas apenas as alternativas I, II e IV.
- b) Estão corretas apenas as alternativas I e III.
- c) Está errada apenas a alternativa IV.

- d) Estão erradas apenas as alternativas III e IV.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

27) Acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- b) É ilimitado o número de direitos da personalidade, embora o Código Civil, nos arts. 11 a 21, tenha se referido apenas a alguns.
- c) O nome da pessoa somente pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público quando comprovadamente não haja intenção difamatória.
- d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- e) Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

28) Sobre os temas da prescrição e da decadência, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Na prescrição ocorre a perda da pretensão, enquanto na decadência ocorre a perda do próprio direito.
 - II. A prescrição admite renúncia, desde que esteja consumada e não prejudique terceiros. Já a decadência, seja legal ou convencional, não admite renúncia.
 - III. A responsabilidade civil em razão de atos praticados por agentes estatais prescreve em 3 anos.
 - IV. Não corre prescrição contra as pessoas absoluta e relativamente incapazes.
 - V. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
 - VI. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- a) Estão corretas apenas as alternativas I, II, V e VI.
 - b) Estão corretas apenas as alternativas I, V e VI.
 - c) Estão corretas apenas as alternativas II, III e IV.
 - d) Estão corretas apenas as alternativas I, II, IV, V e VI.
 - e) Todas as alternativas estão corretas.

29) Acerca da temática dos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Maria ocupa, há 20 anos, sem interrupção e nem oposição, um imóvel de titularidade do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, poderá requerer judicialmente a usucapião do imóvel, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- b) O prédio de um Hospital Estadual é um bem público de uso comum do povo, uma vez que é destinado à realização de serviços por parte do Poder Público, estando acessível a todos que necessitem.
- c) Incluem-se entre os bens do Estado as terras devolutas não compreendidas entre as da União. É correto dizer que as terras devolutas que não possuem uma destinação específica constituem bens dominicais, podendo ser alienadas se observadas as exigências da lei.
- d) O uso comum dos bens públicos deve ocorrer de forma gratuita, não sendo possível a exigência de contraprestação financeira ou retribuição pelo uso.
- e) Segundo o art. 98 do Código Civil, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e também os pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado, desde que integrantes da Administração Indireta.

30) Segundo Flávio Tartuce, as pessoas jurídicas podem ser conceituadas como “conjuntos de pessoas ou de bens arrecadados, que adquirem personalidade jurídica própria por uma ficção legal”.

Acerca dessa temática, assinale a alternativa correta:

- a) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- b) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, podendo o poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e

necessários ao seu funcionamento apenas nas hipóteses previstas expressamente no Código Civil e desde que o faça de forma fundamentada.

- c) Decai em 2 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- d) As pessoas jurídicas de direito privado não poderão realizar suas assembleias gerais por meio eletrônico, ainda que respeitadas os direitos previstos de participação e de manifestação.
- e) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, independentemente de requerimento, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Qual dos princípios abaixo NÃO é previsto pelo Código de Processo Civil?

- a) Razoável duração do processo;
- b) Contraditório;
- c) Boa-fé processual;
- d) Necessária decisão favorável ao réu;
- e) Publicidade.

32) A autoridade judiciária brasileira NÃO é competente para processar e julgar:

- a) Ação de usucapião relativa a imóvel situado no Rio de Janeiro;
- b) Ação de alimentos cujo beneficiário resida no Brasil;
- c) Ação fundada em contrato internacional a ser cumprido em território brasileiro, em que uma das cláusulas preveja a eleição de foro exclusivo estrangeiro, devidamente arguida pelo réu em sua contestação;
- d) Ação com fundamento em obrigação de fazer que deveria ter sido cumprida em território brasileiro;
- e) Ação em que o réu seja domiciliado no Brasil.

33) Acerca da validade dos atos processuais é possível afirmar que:

- a) Todos os atos e termos processuais que não observem a forma estritamente determinada em lei serão declarados nulos pelo juiz, ainda que preencham sua finalidade essencial;
- b) Os casos abrangidos por segredo de justiça não podem tramitar em meio eletrônico;
- c) É vedado às partes celebrar negócios jurídicos processuais a fim de estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa, ainda que o direito pleiteado admita autocomposição;
- d) Os despachos têm eficácia plena sobre as partes independente de publicação;
- e) A desistência da ação só produz efeitos após sua homologação pelo juiz.

34) O prazo para a Fazenda Pública interpor agravo de instrumento é de:

- a) 60 dias corridos;
- b) 30 dias úteis;
- c) 15 dias corridos;
- d) 10 dias úteis;
- e) 5 dias úteis.

35) Qual dos itens abaixo NÃO é um dos recursos previstos no Código de Processo Civil?

- a) Suspensão de segurança;
- b) Embargos de divergência;
- c) Agravo interno;
- d) Apelação;
- e) Embargos de declaração.

36) Considere as afirmações abaixo:

I - Eventual recurso cabível é regido pela lei vigente no momento da publicação da decisão recorrível.

II - Os prazos serão contados pela lei vigente ao tempo da propositura da ação e a forma nos termos da lei nova.

III - Os prazos processuais serão contados de acordo com a lei que regulava o recurso ao tempo da propositura da ação.

No que diz respeito à mudança de lei que rege prazos e formas recursais no curso de uma ação, pode(m) ser considerada(s) correta(s) a(s) afirmação(ões):

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

37) "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito."

O preceito jurídico acima transcrito é correspondente a qual princípio processual?

- a) inércia;
- b) juiz natural;
- c) indeclinabilidade da jurisdição;
- d) contraditório;
- e) unirecorribilidade das decisões.

38) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando:

- a) lhes for comum as partes, o pedido e a causa se pedir.
- b) lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) a competência do seu julgamento for do mesmo órgão jurisdicional.
- d) o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
- e) as partes sejam idênticas.

39) No que diz respeito à Fazenda Pública em juízo no ordenamento vigente, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O prazo para recorrer será contado em dobro, e o para contestar, em quádruplo.
- b) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte sucumbente, a fixação dos honorários advocatícios observará o mínimo de 10 (dez) e máximo de 15 (quinze) por cento sobre o valor da condenação.
- c) As autarquias e fundações de direito público dos respectivos entes federados se submetem, nas suas manifestações processuais, aos mesmos prazos das partes em geral.
- d) Os advogados públicos gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, exceto para o manejo de recursos excepcionais.
- e) Para a Advocacia Pública, a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

40) Assinale a opção CORRETA:

Haverá resolução de mérito quando:

- a) o juízo reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- b) em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- c) o juiz indeferir a petição inicial.
- d) o juízo acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- e) o juízo homologar a desistência da ação.

LÍNGUA PORTUGUESA

Acostumar-se a tudo?

A gente se acostuma praticamente a tudo.

Isso é bom? Isso é ruim?

A resposta – inevitável – é: isso é bom e é ruim.

Senão, vejamos. Nossa elasticidade, nossa capacidade de adaptação, tem permitido que sobrevivamos em condições muitas vezes bastante adversas.

Lembro-me de que o escritor francês Saint-Exupéry contou, uma vez, sobre como o avião caiu em cima de montanhas geladas e como o piloto conseguiu sobreviver durante vários dias, enfrentando o frio, a fome, a dor e inúmeros perigos, adaptando-se às circunstâncias para, na medida do possível, poder dominá-las.

Nunca esquecerei o justificado orgulho com que ele falou: “O que eu fiz, nenhum bicho jamais faria”.

Por outro lado, a capacidade de adaptação pode funcionar como mola propulsora de um mecanismo oportunista, de uma facilitação resignada à aceitação de coisas inaceitáveis.

É um fenômeno que, infelizmente, não é raro. Acontece nas melhores famílias. Pode estar acontecendo agora mesmo, com você, que está lendo este jornal.

Quando nos acostumamos a ver o que se passa em volta e começamos a achar que tudo é “normal”, deixamos de enxergar as “anormalidades”, deixamos de nos assustar e de nos preocupar com elas.

O poeta espanhol Federico Garcia Lorca esteve nos Estados Unidos em 1929/1930 e ficou assustado com Nova York. Enquanto os turistas, como nós, ficam maravilhados com a imponência dos prédios, Lorca se referia a eles como “montanhas de cimento”.

Enquanto os turistas admiram a qualidade da comida nos magníficos restaurantes, Lorca se espantava com o fato de ninguém se escandalizar com a matança dos animais. (...)

A insensibilidade se generaliza, a indiferença em relação aos animais se estende, inexoravelmente, aos seres humanos. A mesma máquina que tritura os animais esmaga as vacas e sufoca os seres humanos.

Lorca interpela os que se beneficiam com esse sistema, investe contra a contabilidade deles: “Embaixo das multiplicações / há uma gota de sangue de pato. / Embaixo das divisões, há uma gota de sangue de marinheiro”.

Acusa os detentores do poder e da riqueza de camuflarem a dura realidade social para fazê-la aparecer apenas como espaço de rudes entretenimentos e vertiginoso progresso tecnológico. Furioso, brada: “Cuspo-lhes na cara”.

É possível que alguns aspectos da reação do poeta nos pareçam exagerados, unilaterais. Afinal, Nova York também é lugar de cultura, tem museus maravilhosos, encena peças magníficas, faz um excelente cinema, apresenta espetáculos musicais fantásticos.

O exagero, porém, ajuda Garcia Lorca a chamar a nossa atenção para o “lado noturno” dessa “face luminosa” de Nova York. E Nova York, no caso, vale como símbolo das contradições que estão enraizadas em praticamente todas as grandes cidades modernas.

Os habitantes dessas cidades tendem a fixar sua atenção em falhas que podem ser sanadas, em defeitos que podem ser superados, em feridas que podem ser curadas por um tratamento tópico.

Falta-lhes a percepção de que determinadas questões só poderiam ser efetivamente resolvidas por uma mudança radical, através de um novo modelo.

Só um modelo novo de cidade permitirá que sejam pensadas e postas em prática soluções para os impasses a que chegaram as nossas megalópoles.

O que é pior do que ter graves problemas? É ter graves problemas e se recusar a reconhecê-los.

A condenação do poeta levanta questões para as quais não temos, atualmente, soluções viáveis. Lorca nos presta, contudo, o relevante serviço de nos cobrar que as encaremos.

Fonte: KONDER, Leandro. **Jornal do Brasil**. 26 maio 2005.

41) Marque a afirmativa que se comprova no texto:

- a) Os fatos analisados por Federico Lorca, nos parágrafos 11 a 14, corroboram o aspecto negativo da ideia central.
- b) No parágrafo 8, o autor começa a estabelecer restrições ao posicionamento anterior sobre o assunto.
- c) A abordagem do assunto é delimitada no primeiro parágrafo, no qual o autor se posiciona de forma inflexível.
- d) A partir do parágrafo 15, o autor reproduz, com isenção, as conclusões a que chegou o poeta espanhol.
- e) Para justificar o lado negativo do tema abordado, o autor recorre à experiência de Saint-Exupéry, nos parágrafos 5 e 6.

42) A expressão “tratamento tópico”, presente no parágrafo 16, possui um significado que está em OPOSIÇÃO a:

- a) uso de medicação externa.
- b) emprego de normas circunstanciais.
- c) colocação em prática de medidas oportunistas.
- d) aplicação de medidas superficiais.
- e) execução de transformações radicais.

43) Analisando o texto proposto, podemos interpretar a capacidade de adaptação, na vida da sociedade, como:

- a) modelo ideal de superação das adversidades.
- b) qualidade para quem procura emprego.
- c) elemento facilitador de mudanças estruturais.
- d) fator que propicia a estagnação e a indiferença.
- e) único caminho para a resolução de problemas.

44) A alusão ao poema e à opinião do poeta Garcia Lorca reforça os argumentos do autor do texto contra:

- a) o sacrifício das pessoas humildes que moram na cidade.
- b) os interesses dos grandes investidores rurais.
- c) a indiferença diante da gravidade dos problemas sociais.
- d) a ganância de uma classe social formada por estrangeiros.
- e) o desenvolvimento tecnológico nas megalópoles.

45) As aspas em “O que eu fiz, nenhum bicho jamais faria” e “Cuspo-lhes na cara” são usadas com propósito de:

- a) demarcar um sentido figurado ao que se diz.
- b) reforçar a confiança nas opções do escritor e do poeta.
- c) destacar trechos de falas diversas do autor.
- d) acentuar as palavras que têm origem estrangeira.
- e) destacar a descrença nesses argumentos.

46) No trecho “Afinal, Nova York também é lugar de cultura,” (parágrafo 15), o termo destacado introduz um novo período, atribuindo a este, em relação ao anterior, a noção de:

- a) finalização.
- b) condição.
- c) oposição.
- d) conclusão.
- e) explicação.

47) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto abaixo:

Recorreu _____ prima e _____ ela se agarrou como _____ uma tábua de salvação.

- a) à - à - a.
- b) à - a - a.
- c) a - à - a.

- d) a - à - à.
- e) Todas as opções são incorretas.

48- Assinale a alternativa que possui uma palavra CORRETAMENTE acentuada.

- a) Ficou muito ruim a sobremesa feita por mim.
- b) Pelos rastros deixados, já temos uma idéia do que fizeram aqui.
- c) Ele toca violão, mas também toca cuíca.
- d) Doar sangue é o ato heróico dos tempos modernos.
- e) Eu apóio total ajuda ao Rio Grande do Sul.

49- Observe o enunciado abaixo e responda a seguir.

Estava _____ inquieta e sem sono, com os olhos _____ abertos. Resolvi beber _____ garrafa de vinho para ver se a insônia ia embora logo.

As palavras que completam a primeira, a segunda e a terceira lacunas são RESPECTIVAMENTE:

- a) meia - meio - meia.
- b) meio - meios - meia.
- c) meio - meios - meio.
- d) meio - meio - meia.
- e) meia - meios - meias.

50) A frase que está com as palavras em destaque com significação INVERTIDA é:

- a) O mandado de segurança adiou a cassação do mandato do deputado.
- b) Se você infligir a lei, o juiz irá lhe infringir uma dura pena.
- c) O juiz cassou a licença da empresa que caçou animais silvestres sem autorização.
- d) Era iminente a chegada do eminente juiz.
- e) Aquela seção da lei foi debatida em sessão pública.